

Revista Brasileira de Direito Comercial Empresarial, Concorrencial e do Consumidor

v. 12 n. 67

maio/julho 2026

Classificação Qualis/Capes: B4

Editor

Fábio Paixão

Coordenação

Flávio Tartuce

Conselho Editorial

Amanda Athayde – Anderson Schreiber – André Luiz Arnt Ramos – André Santa Cruz
Andres Varizat (Argentina) – Bruno Miragem – Carlos Eduardo Elias de Oliveira
Cesar Santolim – Cláudia Lima Marques – Emílio Moro (Argentina) – Enrique Varsi (Peru)
Fabio Bellote Gomes – Fernanda Tartuce – Giselda M. F. Novaes Hironaka
Gladston Mamede – Gustavo Cerqueira (França) – João Glicério
Jorge Morais Carvalho (Portugal) – Joseane Suzart – Juliana Loss de Andrade
Juliana Oliveira Domingues – Larissa de Moraes Leal – Laura Schertel Mendes
Marcelo Junqueira Calixto – Marcelo Lauar – Maurício Bunazar
Marlon Tomazette (*in memoriam*) – Michele Siri (Itália) – Oksandro Gonçalves
Paulo Roque Khouri – Ricardo Lupion – Roberto Pfeiffer – Rodolfo Pamplona Filho
Roger Vidal (Peru) – Rosângela Lunardelli Cavallazzi – Sandra Passinhas (Portugal)
Sergio Gilotta (Itália) – Unie Caminha – Virginia Zambrano (Itália)

Colaboradores deste Volume

André Luis Mota Novakoski – Carlos Henrique Roscoe Januzzi
Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas – Danilo Henrique Nunes
Gabriel Gomes da Luz – Giselle Borges Alves – Gladston Mamede
Henrique Alves Pinto – Israel Couto – Jéssica Zaramella – Lauro Ishikawa
Leandro Rigueira Rennó Lima – Marcelo Vitorino – Oliver de Oliveira Moreno
Roberta Cotta Mamede – Rodrigo Almeida Magalhães – Thiago do Amaral Santos
Vinícius Jose Marques Gontijo – Wagner José Penereiro Armani

Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor

Publicação bimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: editorial@editoramagister.com. Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

A editoração eletrônica foi realizada pela Editora Magister, para uma tiragem de 3.100 exemplares.

Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor

v. 1, n. 1 (out./nov. 2014). – Porto Alegre: Magister, 2014

Trimestral

v. 12, n. 67 (maio/jul. 2026)

ISSN 2359-1137

1. Direito Comercial – Periódico. 2. Direito Concorrencial – Periódico.

3. Direito do Consumidor – Periódico.

CDU 347.7(05)

CDU 346.1(05)

CDU 347.451.031(05)

Ficha catalográfica: Leandro Augusto dos S. Lima – CRB 10/1273

Capa: Editora Magister

Editora Magister

Diretor: Fábio Paixão

Alameda Coelho Neto, 20
Boa Vista – Porto Alegre – RS – 91340-340

Apresentação

A *Revista Brasileira de Direito Comercial – Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, publicação direcionada à comunidade jurídica nacional, chega ao número 67, com temas de grande relevo para os profissionais das áreas que o periódico abrange.

Gladston Mamede e Roberta Cotta Mamede abrem a edição com o artigo *Parresia empresarial: o direito, a coragem e o risco de denunciar*. Os autores tratam sobre os casos contemporâneos de atuação empresarial em desproveito de pessoas, comunidades e ambientes, na intersecção entre direitos humanos e responsabilidade social.

Logo após, temos o estudo de Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas e Leandro Rigueira Rennó Lima, intitulado *Governança empresarial e Métodos Adequados de Solução de Conflitos: estratégias de eficiência, sustentabilidade e preservação das relações negociais*. Os autores propõem-se a demonstrar que a adoção de métodos consensuais e extrajudiciais de resolução de conflitos não constitui mera alternativa ao Judiciário, mas verdadeira estratégia de governança empresarial, capaz de promover maior eficiência, reduzir custos de transação e preservar vínculos comerciais, contribuindo para a competitividade e sustentabilidade das organizações.

Na sequência, apresentamos o artigo *A (in)constitucionalidade do parcelamento de débitos tributários municipais em decorrência de recuperação judicial*, de autoria de Carlos Henrique Roscoe Januzzi e Vinícius Jose Marques Gontijo. Nele, os autores ventilam a hipótese da inconstitucionalidade do parcelamento tributário concedido pelos municípios às empresas em recuperação judicial, uma vez que a lei que defere o parcelamento especial tem natureza comercial, sendo autorizado apenas aos Estados legislarem sobre o tema mediante lei complementar.

Continuamos a edição com a pesquisa efetuada por Oliver de Oliveira Moreno e Danilo Henrique Nunes, cujo título é *Fraudes em empréstimos consignados no Brasil: desafios para a proteção de consumidores hipervulneráveis à luz do EREsp nº 1.192.577/STJ*. O propósito dos autores é analisar as fraudes em empréstimos consignados no Brasil, contribuindo para a reflexão acerca da proteção jurídica dos consumidores hipervulneráveis, em especial os idosos, articulando a responsabilidade das instituições financeiras com a adoção de sistemas eficazes de prevenção a fraudes.

O estudo *Destituição do gestor na recuperação judicial: o art. 64 da LREF como internalização da boa-fé objetiva no sistema de insolvência*, escrito por André Luis Mota Novakoski e Lauro Ishikawa, defende que o art. 64 da Lei nº 11.101/2005

não configura rol taxativo, mas constitui a internalização da cláusula geral de boa-fé objetiva (art. 422 do Código Civil) no sistema brasileiro de insolvência.

A pesquisa *A arquitetura do controle regulatório: capacidade institucional, Doutrina Chenery e a deferência ao CADE*, escrita por Gabriel Gomes da Luz e Rodrigo Almeida Magalhães, trata do princípio da deferência judicial aplicado às decisões do CADE a partir do precedente firmado no Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 1.083.955/DF. À luz da Doutrina *Chenery* e do princípio da capacidade institucional, os autores analisam os fundamentos que limitam a revisão judicial do mérito técnico-econômico das decisões anticoncorrenciais proferidas pelo CADE.

Dando continuidade à edição, Marcelo Vitorino apresenta o artigo *Aspectos tributários na Sociedade para Propósito Específico – SPE*, no qual analisa a SPE, que é uma sociedade consolidada para uma única atividade e/ou objeto, e, uma vez atingido o objetivo, está deverá ser extinta e seu ativo e passivo dissolvidos.

Giselle Borges Alves e Henrique Alves Pinto, por sua vez, nos trazem o estudo intitulado *A lei do superendividamento: cinco anos de vigência à luz dos temas debatidos nos tribunais superiores brasileiros*. Após a entrada em vigor da Lei nº 14.181/2021, que inseriu o sistema de proteção do consumidor superendividado no CDC, os autores analisam sobre a forma como os tribunais superiores estão interpretando e julgando esta normatividade em prol desta categoria de consumidores.

O texto *Dever do conselheiro em informar posição em sociedade possivelmente concorrente*, escrito por Israel Couto e Thiago do Amaral Santos, analisa os deveres de diligência e transparência dos administradores de companhias abertas no tocante à obrigação de revelar vínculos profissionais com sociedades potencialmente concorrentes, a partir do julgamento do Processo Administrativo Sancionador CVM nº 19957.001918/2024-81.

Finalizamos a edição com o artigo *Sociedades de assessores de investimentos*. Jéssica Zaramella e Wagner José Penereiro Armani analisam os desafios jurídicos envolvidos na constituição e no funcionamento das sociedades de assessores de investimentos.

Como se pode notar, os artigos interessam diretamente à teoria e à prática do Direito Privado brasileiro, fomentando o debate jurídico em todos os seus níveis.

Bons estudos, é o que sempre desejo.

São Paulo, junho de 2026.

Flávio Tartuce
Coordenador da Revista

Sumário

Doutrina

1. Parresia Empresarial: o Direito, a Coragem e o Risco de Denunciar
Gladston Mamede e Roberta Cotta Mamede..... 7
2. Governança Empresarial e Métodos Adequados de Solução de Conflitos: Estratégias de Eficiência, Sustentabilidade e Preservação das Relações Negociais
Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas e Leandro Rigueira Rennó Lima 28
3. A (In)Constitucionalidade do Parcelamento de Débitos Tributários Municipais em Decorrente de Recuperação Judicial
Carlos Henrique Roscoe Januzzi e Vinícius Jose Marques Gontijo 48
4. Fraudes em Empréstimos Consignados no Brasil: Desafios para a Proteção de Consumidores Hipervulneráveis à Luz do EREsp nº 1.192.577/STJ
Oliver de Oliveira Moreno e Danilo Henrique Nunes 63
5. Destituição do Gestor na Recuperação Judicial: o Art. 64 da LREF como Internalização da Boa-Fé Objetiva no Sistema de Insolvência
André Luis Mota Novakoski e Lauro Ishikawa..... 84
6. A Arquitetura do Controle Regulatório: Capacidade Institucional, Doutrina *Chenery* e a Deferência ao CADE
Gabriel Gomes da Luz e Rodrigo Almeida Magalhães 106
7. Aspectos Tributários na Sociedade para Propósito Específico – SPE
Marcelo Vitorino 119
8. A Lei do Superendividamento: Cinco Anos de Vigência à Luz dos Temas Debatidos nos Tribunais Superiores Brasileiros
Giselle Borges Alves e Henrique Alves Pinto 132
9. Dever do Conselheiro em Informar Posição em Sociedade Possivelmente Concorrente
Israel Couto e Thiago do Amaral Santos 154
10. Sociedades de Assessores de Investimentos
Jéssica Zaramella e Wagner José Penereiro Armani 168